

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.371 - MT (2020/0264661-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADOR : RONALDO PEDRO SZEZUPIOR DOS SANTOS - MT006479
AGRAVADO : ORIVALDO PINHEIRO GONÇALVES
ADVOGADOS : LORENA DIAS GARGAGLIONE - MT014629
ELLEN MARCELE BARBOSA GUEDES TAMBELINI - MT014344

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado pelo ESTADO DE MATO GROSSO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE COBRANÇA – CONVERSÃO DA MOEDA DE CRUZEIRO REAL EM UNIDADE REAL DE VALOR URV – PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – AFASTADA – SERVIDOR ESTADUAL – AFERIÇÃO DA DEFASAGEM REMUNERATÓRIA DECORRENTE DA CONVERSÃO ERRÔNEA E DO PERCENTUAL DEVIDO – SENTENÇA ILÍQUIDA – IMPRESCINDIBILIDADE DE SUA LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO – TERMO AD QUEM – DATA EM QUE OCORREU A REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOS SERVIDORES – CORREÇÃO MONETÁRIA TEMA 810 – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – FIXAÇÃO NO MOMENTO DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA – ARTIGO 85 §§ 3 E 4 DO CPC – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – SENTENÇA PARCIALMENTE RETIFICADA 1 RECONHECIDAS AS DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS DECORRENTES DA CONVERSÃO DA MOEDA A PRESCRIÇÃO ATINGE TÃO SOMENTE AS PARCELAS VENCIDAS ATÉ OS 5 (CINCO) ANOS QUE ANTECEDERAM A DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO (SÚMULA 85 DO STJ) POR SE TRATAR DE RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO SUCESSIVO QUE SE RENOVA MÊS A MÊS 2 CONFORME ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É OBRIGATÓRIA A OBSERVÂNCIA PELOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NA LEI FEDERAL 8880/1994 PARA A CONVERSÃO EM UNIDADE REAL DE VALOR

URV DOS VENCIMENTOS DE SEUS SERVIDORES MESMO OS DOS EMPOSSADOS APÓS O ADVENTO DA REFERIDA LEI (STJ AG 1124660MG REL MIN MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA DJE DE 22102010) 3 “EVENTUAL EXISTÊNCIA DE DEFASAGEM SALARIAL APURAÇÃO DO PERCENTUAL E A OCORRÊNCIA DE REESTRUTURAÇÃO REMUNERATÓRIA DA CARREIRA DEVEM SER VERIFICADAS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO” ((TJMTAPL 00019654120158110087317532017 MT RELATOR DES LUIZ CARLOS DA COSTA DATA DE JULGAMENTO 26022019 SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO DATA DE PUBLICAÇÃO 26032019) 4 OS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO DO DÉBITO DEVERÃO SER FIXADOS QUANDO DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA OBEDIENTE AO TEMA 810 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 5 EM RAZÃO DA ILIQUIDEZ DA SENTENÇA OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVEM SER ARBITRADOS NO MOMENTO DA SUA LIQUIDAÇÃO A OBSERVAR OS PARÂMETROS ESTIPULADOS NO ARTIGO 85 §§ 3 E 4 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Quanto à controvérsia trazida aos autos pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 189 do CC e 1º do Decreto n. 20.910/1932, sustentando a prescrição de fundo de direito da pretensão relativa ao pagamento dos valores devidos pela errônea conversão da URV em razão da reestruturação remuneratória da carreira dos servidores, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nesse contexto, importa ressaltar que, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), esposado no RE 561836/RN, as leis que promoveram a reestruturação remuneratória da carreira são o termo final para a percepção de qualquer parcela decorrente da errônea conversão da URV, por não haver direito ad aeternum de parcela de remuneração ao servidor público.

[...]

Ora, se o termo final para a percepção de qualquer vantagem decorrente da conversão da URV é a reestruturação remuneratória da carreira, a ocorrência da reestruturação financeira fulmina a pretensão autoral, nos cinco anos subsequentes à reestruturação.

Isto porque, o direito foi violado definitivamente (nas palavras do STF, o término da incorporação), com a reestruturação remuneratória da carreira, nascendo, a partir de então, a pretensão que se extingue com o prazo prescricional quinquenal para postular quaisquer dívidas à Fazenda Pública (Art. 189 do

Código Civil de 2002 e Art. 1º do Decreto nº 20.190/1932) (fls. 523/526).

Aduz, ainda, pela alínea "c" do permissivo constitucional, a ocorrência de divergência jurisprudencial quanto à mesma controvérsia.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia recursal, o acórdão recorrido assim decidiu:

Consoante o disposto no relatório, o apelante sustenta a ocorrência de prescrição nos moldes do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32 e correlaciona este dispositivo ao suposto fato de que os servidores integrantes do Grupo TAF já obtiveram a reestruturação da carreira por meio das Leis Estaduais Complementares n.º 79/2000 e 98/2001.

No entanto, no caso específico, o Estado de Mato Grosso não demonstrou que a reestruturação da carreira tenha efetivamente alterado a estrutura da remuneração dos servidores, ou seja, de que tenha ido além de eventual tentativa de acompanhar a inflação, o que era ônus seu (fl. 450).

Aplicável, portanto, para as alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente